



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680288 - RJ (2021/0219813-6)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RICARDO JOSE ALVES FERREIRA (PRESO)
CORRÉU : LUCIANO NASCIMENTO CARVALHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO JOSE ALVES FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0013294-72.2014.8.19.0213).

O paciente foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal às penas de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial semiaberto e de 15 dias-multa.

A defesa interpôs recurso perante a Corte Estadual, que negou provimento ao apelo mantendo integralmente o édito condenatório.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal tendo em vista que o paciente foi reconhecido por fotografia em sede policial sem que fossem observadas as formalidades previstas no art. 226 do Código de Processo Penal, não tendo havido reconhecimento posterior em Juízo.

Defende que o reconhecimento fotográfico realizado em sede policial não autoriza um decreto condenatório, especialmente quando não ratificado em Juízo, ou seja, não encontrando respaldo no restante do conjunto probatório.

Esclarece que não pretende o reexame de provas vedado em sede de remédio constitucional mas, tão somente, busca a reavaliação de material probatório específico.

Requer, liminarmente, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o paciente seja absolvido.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente